

Fernando Molica

Contatinhos e PPPs de Vorcaro

De fazer inveja a muitos jornalistas, a lista de telefones encontrada em celular de Daniel Vorcaro não indica necessariamente que ele tenha feito maracutaias com aquelas autoridades, mas reforça a certeza de que, no Brasil, negócios privados dependem muito da esfera pública.

O caso Master é um exemplo quase caricatural das PPPs, parcerias público-privadas de caráter informal que proliferam por aqui desde 1500. Empresários e agentes públicos fazem uma espécie de tabelinha que chega a conspirar contra a ideia da livre iniciativa.

Na campanha eleitoral de 1989, o então candidato do PCB à Presidência, Roberto Freire, foi preciso ao, provocado a falar de privatizações de estatais, afirmou que o problema maior era outro, o que chamou de privatização do Estado, a contínua utilização de recursos públicos para financiar interesses particulares.

O caráter hereditário das capitaniais criadas por Portugal teve características proféticas: até hoje, o Brasil, como o antigo slogan publicitário do conhaque Dreher, é um negócio de pai para filho.

Vá lá que, em alguns momentos, empresários precisem conversar com parlamentares, prefeitos, governadores, presidente. O problema é quando isso vira algo cotidiano, necessário para a criação, manutenção e crescimento de negociatas.

Por que um banqueiro como Vorcaro precisava tanto conversar com tanta gente poderosa, nos três poderes? Foi apenas a identificação com o ideário da extrema direita que levou seu amigo, cúmplice, cunhado e ex-sócio Fabiano Zetzel a, em 2022, doar R\$ 3 milhões para a campanha de Jair Bolsonaro e R\$ 2 milhões para a de Tarcísio de Freitas?

Com todos os seus problemas e, mesmo, crimes, a Lava Jato serviu para desmascarar o esquema me-enganar-que-eu-gosto das então permitidas doações de empresas para campanhas eleitorais.

Os caras estavam pouco ligando para a ideologia dos candidatos; fizeram, por décadas, empréstimos que, no futuro, seriam devolvidos em generosos contratos. O esquema era tão indecente que as mesmas empresas financiavam políticos que concorriam entre si — o que queriam era comprar a boa vontade daquele que seria eleito.

No caso Master, o fundamental era ter parceiros entre os políticos. Estes, afinal, é que poderiam criar medidas para favorecer Vorcaro e ainda aplicar recursos públicos naquela espelunca.

Pequenos e médios investidores compraram CDBs do Master respaldados pelo Fundo Garantidor de Créditos. Já o pessoal da grana pesada tratou de proteger seus bens: passados quatro meses da liquidação decretada pelo Banco Central, não se sabe de empresas importantes que tenham aplicado dinheiro em papéis do banco.

As bombas estouraram no colo de entes públicos, principalmente fundos de pensão de estados e municípios. Seria até interessante verificar se os administradores dessas instituições colocaram o próprio dinheiro no Master ou se limitaram a nele aplicar dinheiro dos outros.

Seria importante a Polícia Federal ouvir todos os políticos que conversaram com Vorcaro. Não custa imitar Ivete Sangalo que, em 2016, ao perceber que o então marido conversava muito com uma moça, comentou, ao microfone, que eles estavam cheios de assunto. De que tanto falavam, afinal?

Tales Faria

Escândalo do Master paralisa a PEC de autonomia financeira do BC

O escândalo do Banco Master tem um lado positivo, segundo o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC): “Resultou em um revés” na chamada PEC 65. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional de autonomia financeira, orçamentária e administrativa do Banco Central.

A PEC foi arduamente defendida pelo ex-presidente do BC Roberto Campos Neto no final de sua gestão, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já tinha tomado posse. Quase foi aprovada na época, mas sofreu resistência da base governista e ficou parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Uczai acha que o envolvimento de dois altos funcionários do BC com o Banco Master impedirá o avanço das tentativas do relator, senador Plínio Valério (PS-DB-AM), de fazer o projeto voltar a tramitar. Trocas de mensagens de Vorcaro reveladas pela Polícia Federal, mostraram que o ex-diretor Paulo Sérgio Neves de Souza e o ex-chefe de departamento Belline Santana teriam sido ‘consultores informais’ do banqueiro.

O primeiro foi diretor de Fiscalização, entre 2019 e 2023, quando o BC era gerido por Roberto Campos Neto e Vorcaro obteve autorização para comprar o Banco Máxima. A aquisição deu origem ao Banco Master.

Belline Santana era o chefe do Departamento de Supervisão Bancária, que trata da necessidade de medidas preventivas e da classificação de risco das instituições financeiras. Também supervisionava conglomerados liderados por bancos, como no caso do Master e das instituições ligadas a ele.

Funcionários do BC se manifestaram contra a PEC dizendo que ela pode aumentar o envolvimento de di-

retores da instituição com os bancos. Edison Cardoni, diretor da Confederação dos Servidores do Serviço Público Federal, disse em artigo que a PEC 65 tornaria o BC mais dependente do mercado financeiro”, e isso é um dos fatores que resultou no escândalo do Master.

O argumento da base governista para barrar a PEC será de que as escolhas políticas do governo e dos parlamentares é que determinam a lisura do Banco Central, e não o seu maior envolvimento com instituições privadas.

O relator Plínio Valério não concorda. Ele tem repetido que tentará destravar o projeto ainda neste semestre. Mas o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), afirma que só o recolocará em pauta se a equipe econômica do governo chegar a um consenso em torno do texto.

Não existe esse consenso. Gabriel Galípolo, sucessor de Roberto Campos Neto no comando do BC, é a favor da PEC, mas sem a ênfase, nem a pressa de seu antecessor.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende que o Banco Central passe a ter autonomia administrativa, mas que não passe a ser uma pessoa jurídica de direito privado, conforme consta na PEC 65. O Banco Central, segundo ele, tem de continuar dentro do setor público.

A dificuldade em chegar a esse ponto de equilíbrio, segundo a área econômica, é que faz o governo não defender a aprovação agora. E o escândalo em torno da diretoria do BC diminui a credibilidade da instituição para lutar por uma autonomia completa neste momento. Portanto, o assunto, muito provavelmente, ficará para depois das eleições.

EDITORIAL

Uma data longe para se comemorar

Neste domingo, celebra-se o Dia Internacional da Mulher. Porém, não muito para as mulheres comemorarem. Os recentes casos de estupros coletivos no Rio de Janeiro com jovens revelam que a sociedade brasileira está cada vez mais ficando alienada ao combate da violência contra a mulheres, ao feminicídio e a misoginia. Isso só mostra a fragilidade das políticas públicas voltadas à proteção feminina e evidencia a incapacidade do Estado em enfrentar um problema estrutural que atravessa gerações.

Nos últimos anos, os números de agressões, ameaças e feminicídios cresceram de forma alarmante. Delegacias registram diariamente relatos de mulheres que buscam ajuda após sofrer violência física, psicológica ou sexual. No entanto, para muitas delas, o caminho até a proteção efetiva ainda é longo e incerto. A distância entre a denúncia e a garantia de segurança concreta continua sendo um dos principais obstáculos no combate a esses crimes.

Embora o Brasil possua legislações importantes voltadas à proteção das mulheres, a existência da lei, por si só, não é suficiente. Falta investimento consistente em políticas públicas capazes de transformar o texto jurídico em proteção real. Delegacias especializadas são insuficientes para atender a demanda, casas de acolhimento permanecem escassas em diversas regiões e equipes multidisciplinares de apoio às vítimas ainda são uma exceção no sistema público.

Além disso, muitas mulheres

enfrentam barreiras culturais e institucionais ao denunciar seus agressores. O medo de represálias, a dependência econômica e a descrença na resposta das autoridades contribuem para a subnotificação dos casos. Assim, a violência doméstica permanece, em grande parte, escondida dentro das próprias casas, onde o silêncio se torna cúmplice involuntário da impunidade.

Outro problema evidente é a falta de continuidade nas políticas de enfrentamento. Programas são frequentemente anunciados, mas raramente recebem financiamento suficiente ou acompanhamento adequado para garantir resultados duradouros. Sem planejamento de longo prazo e sem integração entre diferentes áreas do poder público, as ações se tornam fragmentadas e pouco eficazes.

Combater a violência contra a mulher exige mais do que discursos institucionais ou campanhas pontuais. É necessário fortalecer redes de proteção, ampliar o acesso à justiça, garantir acolhimento às vítimas e investir em educação para a igualdade de gênero desde as escolas. Trata-se de uma mudança cultural e institucional que demanda compromisso permanente do Estado e da sociedade.

Enquanto a violência continuar avançando mais rápido que as políticas de proteção, o país seguirá falhando com milhões de brasileiras. Enfrentar essa realidade não é apenas uma questão de segurança pública, mas de direitos humanos, cidadania e dignidade.

Opinião do leitor

Fórmula 1

Boa sorte para a temporada que se avizinha, time McLaren. Melhor time na grelha. Oscar Piastri e Lando Norris, o melhor alinhamento na rede. A Ferrari parece a melhor este ano. Muitas emoções estão por vir na Fórmula 1!

Tá chegando a hora... Em março, Fórmula 1 na Globo. O show da velocidade!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SR - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SR CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.